

# Resumo de notícias econômicas

03 de Agosto de 2021 (terça-feira)

Ano 3 n. 145

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 03 DE AGOSTO DE 2021

## Interesse dos Estados pode barrar a venda da Gaspetro

### Broadcast

A Petrobrás deu 30 dias para os governos dos Estados e a Mitsui informarem se têm interesse em comprar sua participação nas distribuidoras estaduais de gás natural nas quais são sócias. Pelo menos dois - Bahia e Sergipe - já decidiram que vão ficar com as ações da empresa estatal. Na Bahia, o maior mercado consumidor do Nordeste, a participação da petrolífera na distribuidora foi definida em R\$ 540 milhões, “valor extremamente baixo”, segundo o governo do Estado. A posição dos governadores atrapalha os planos da Compass, do grupo Cosan, que fechou acordo para adquirir a participação da Petrobrás nas distribuidoras de gás natural.

Por meio da Gaspetro, a Petrobrás participa em 19 distribuidoras estaduais de gás natural. A estatal é a controladora (com 51% do capital), ao lado da japonesa Mitsui (49%). A venda da Gaspetro à Compass ainda vai passar pelo Cade, que avaliará o risco de concentração de mercado. A saída da Petrobrás da distribuição de gás aconteceu após a assinatura de um termo de compromisso de cessação (TCC), no qual a petrolífera se comprometeu a dar espaço a concorrentes. Nesse TCC, foi definido que o comprador dos ativos da estatal não pode participar de outro elo da cadeia. Não é o caso da Compass.

A conclusão do negócio entre a Petrobrás e a Compass não agradou o mercado. A interpretação é que, se concluída a venda, o monopólio estatal será substituído pelo privado e a promessa de baratear o gás não será cumprida. Além da Bahia, o governo de Sergipe já havia informado à Petrobrás a intenção de aumentar sua presença na Sergas e deve reiterar sua posição à petrolífera nos próximos dias. O governo do Maranhão disse não ter sido informado do acordo de venda. O Piauí foi comunicado, mas ainda está definindo o posicionamento. Os demais 15 Estados, procurados pela Coluna, e a Petrobrás não responderam.

## Ministro diz trabalhar contra ‘risco de apagão’

### Broadcast

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, voltou a afirmar que o governo não considera a hipótese de racionamento de energia, mas disse que “trabalha para que não haja nenhum risco de apagão”. A situação é consequência da pior crise hídrica que o País enfrenta nos últimos 91 anos, com níveis alarmantes nos principais reservatórios de usinas hidrelétricas. O governo contratou mais usinas termoeletricas, o que encarece a conta de luz. Albuquerque disse, porém, que o País “tem excesso de oferta de energia”.

O ministro afirmou que o sistema elétrico tem sido monitorado 24 horas por dia e que medidas serão tomadas para evitar picos de demanda. Com racionamento, o governo determina reduções compulsórias no consumo de eletricidade – como aconteceu em 2001, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Na época, as indústrias tiveram de reduzir a produção. Já um apagão é a falta de energia em determinado período do dia. O maior risco é justamente no momento de pico, quando há maior demanda. “Diria que racionamento não (haverá) e trabalhamos para que não haja nenhum risco de apagão”.

O ministro disse que a atual gestão tem “governança total” do sistema e “oferta suficiente” de energia para que não haja apagões ou picos de demanda que leve à população a ficar sem energia elétrica. “O que nós estamos trabalhando é com o futuro, não sabemos como estará o sistema em outubro, em novembro se não houver chuva. Trabalhamos com todas essas possibilidades de deslocar, de diminuir um pouco a demanda em determinados momentos, para que tenha mais tranquilidade ou para que o Operador (Nacional do Sistema Elétrico, ONS) tenha mais flexibilidade na operação.”

Entre essas medidas para mitigar os riscos, o ministro citou negociações com as indústrias para que haja um deslocamento de consumo, ou seja, para que a produção seja feita em um horário em que há menos demanda por energia. “Estamos conversando com as indústrias para que, dentro da necessidade delas e da oferta de energia que existe, escolhermos um deslocamento, ou eles apresentarem esse deslocamento, com devidas compensações”.

No entanto, Albuquerque indicou que as medidas para evitar a falta de energia tem um custo mais alto para os consumidores. Isso porque a geração em usinas termoelétricas, que estão sendo acionadas nos últimos meses, é mais cara. “A geração termoelétrica, que é um geração firme, de base, e que impede que haja apagões, tem um custo mais elevado.”

O ministro negou que o governo incentive o consumo de energia, mas que isso é uma consequência natural da retomada da economia. Albuquerque também afirmou que a volta do horário de verão não é analisada pela pasta. Segundo ele, o mecanismo, extinto pelo presidente Jair Bolsonaro em abril de 2019, é inócuo. “O horário de verão não traz nenhum benefício em termos de economia para o consumo de energia. O pico de energia, que no passado era no final do dia, e aí fazia sentido sim o horário de verão, é por volta de 14 horas e 15 horas”. “No aspecto do setor de energia, não há nenhum movimento para que se retorne o horário de verão.”

Dentro do governo, porém, a avaliação é outra. Pressionado pela crise hídrica e por diversos setores, o governo decidiu reavaliar os impactos do horário de verão. Segundo o diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciochi, o ministério pediu ao órgão que atualizasse os estudos sobre os efeitos do mecanismo no consumo de energia. Entidades e associações empresariais de diversos setores encaminharam pedido ao governo federal pelo retorno da medida. Especialistas defendem que a iniciativa poderia reduzir, mesmo que pouco, o consumo.

## **Comissão de Orçamento reage o Bolsa Família fora do teto**

### **O Estado de S. Paulo**

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas, rechaçou a tentativa do governo Bolsonaro de mexer no teto de gastos para ampliar o Bolsa Família. O movimento voltou ao radar do Executivo, apesar de ter oposição da equipe econômica. “É prioridade matar a fome das pessoas, mas tem de ter um planejamento que não mexa nem no teto nem corte da educação. Vamos ver outras áreas em que seja possível mexer.”

O governo aposta na folga do teto de gastos no próximo ano para abrigar a ampliação do programa social. Outros movimentos disputam esse espaço extra, como

um programa para incentivar a geração de empregos e o reajuste de servidores públicos. Além disso, políticos estão de olho em turbinar as emendas parlamentares, que competem no mesmo espaço fiscal. “O cobertor é curto, mas dá para ajustar”, disse a senadora.

Bolsonaro tem acenado com um valor médio de ao menos R\$ 300 para o novo Bolsa Família. Dentro da equipe de formulação do novo programa, há quem avalie que esse benefício precisa ser até maior para evitar sensação de perda na população, que em 2020 começou recebendo um auxílio emergencial de R\$ 600. A política social do governo é considerada peça-chave para o presidente disputar a reeleição em 2022.

Na ala contrária a qualquer mudança no teto de gastos, a mensagem é que o Palácio do Planalto “não deve gostar de inflação a 10% e juros a 15%”, em referência aos impactos negativos que uma medida desse tipo teria na confiança de investidores e nos indicadores do País. O ministro Paulo Guedes, disse que o governo não descumprirá a regra do teto de gastos.

## **Balança comercial registra o 2º maior superávit da série histórica**

### **Broadcast**

A balança comercial brasileira registrou superávit US\$ 7,4 bilhões em julho, com crescimento nas exportações e importações ante julho de 2020, segundo a Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia.

O superávit em julho é o segundo maior para o mês da série histórica, iniciada em 1989, atrás apenas do registrado no período em 2020, de US\$ 7,6 bilhões. O resultado ocorre quando as exportações superam as importações. No mês passado, a corrente de comércio (soma das exportações e importações) avançou 46,2%. As exportações somaram US\$ 25,5 bilhões, uma alta de 37,5 % ante julho de 2020. As importações chegaram a US\$ 18,1 bilhões, um avanço de 60,5% na mesma comparação.

Para o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, o resultado mostra que o Brasil colhe frutos de ter parceiros comerciais que estão conseguindo se recuperar da crise sanitária. “Os parceiros comerciais, como a Argentina, que estava em recessão, estão comprando mais. Mesmo que a base de comparação seja fraca, o dado demonstra a recuperação forte dos parceiros comerciais do Brasil. Não basta ter moeda

desvalorizada para exportar, precisa ter comprador, e do outro lado os países estão tendo recuperação econômica”, diz Agostini.

De janeiro a julho, a balança comercial acumula superávit de US\$ 44,127 bilhões, 47,6% maior do que no mesmo período do ano passado. Nesse período, houve um aumento de 35,3% nas exportações, enquanto as importações cresceram 30,9%. O Ministério da Economia projeta um superávit comercial de US\$ 105,3 bilhões neste ano – o que, se confirmado, vai ser o recorde para toda a série histórica e mais do que o dobro do obtido em 2020.

Pelas previsões atuais da Austin, a balança deve fechar o ano com superávit menor, de US\$ 68,7 bilhões. Caso o ritmo mostrado nos sete primeiros meses seja mantido, o saldo pode chegar a US\$ 77 bilhões, afirma Agostini. Segundo Agostini, como países desenvolvidos estão mantendo estímulos dados na pandemia – ele cita como exemplo o Federal Reserve (o banco central americano), que segue injetando dinheiro na economia e adia a alta dos juros –, grandes parceiros comerciais seguirão comprando produtos brasileiros.

O setor agropecuário teve alta de 11,2% nas exportações. Houve aumento ainda de 62,7% na indústria extrativa e de 37,7% em bens da indústria de transformação.

## **Governo quer adiar quitação de débito maior que R\$ 66 mil**

### **O Estado de S. Paulo**

Ante a estimativa de R\$ 89 bilhões em dívidas da União após sentenças definitivas, o governo tentará adiar a quitação dos débitos acima de 60 salários mínimos. Vai propor ao Congresso um parcelamento em até 10 anos – que se tornaria regra para “super precatórios” (acima de R\$ 66 milhões). Também estuda a criação de um fundo, com ativos da privatização, para evitar o estouro nas contas.

Na proposta para mudar o pagamento dos precatórios (valores devidos a empresas e pessoas físicas após sentença definitiva na Justiça), o governo quer alterar regra para honrar de imediato apenas os pagamentos de até R \$66 mil, que representam mais de 80% das sentenças devidas pela União, segundo apurou o ‘Estadão’ com fontes que participam das negociações. Segundo uma fonte da área econômica, esses credores continuarão recebendo o dinheiro “na bucha”.

Essas mudanças deverão ser incluídas em Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em elaboração pelo governo para conseguir o apoio no Congresso. A proposta nem saiu do Executivo e enfrenta resistência entre parlamentares e no mercado financeiro.

Para precatórios acima daquele valor, haverá um regime especial de parcelamento em dez anos, mas a duração é distinta: entre R \$66 mil (dez salários mínimos) e R \$66 milhões, a regra será transitória e valerá até 2029; para os débitos superiores a R\$66 milhões (o equivalente a mil vezes o salário mínimo), a grade pagamento em prestações será permanente.

A regra transitória será acionada sempre que o valor global orçado para precatórios ultrapassar uma proporção da receita corrente líquida, que ainda está sendo definida e pode ficarem 5%. Para isso, serão parcelados os precatórios do maior ao menor valor, até que o gasto esteja enquadrado no limite. A ideia do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, era encaminhar o texto ao Congresso, com a narrativa de que a aprovação do texto seria fundamental para garantir um aumento do programa Bolsa Família para valores acima de R\$ 300 e até próximo de R\$ 400. Mas a estratégia deu errado e o governo teve de recuar diante da repercussão negativa.

As propostas que mudam as regras do pagamento dos precatórios e de reformulação do Bolsa Família foram discutidas pelos ministros da Casa Civil, da Cidadania, da Secretaria de Governo e pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco.

No mercado, há críticas pelo fato de a medida mirar o “curto prazo” eleitoral, sem observar as consequências para os credores desses precatórios. Uma fonte do mercado observa que o direito de receber as dívidas judiciais é muitas vezes vendido por empresas em situação delicada (e muitas vezes sem acesso a crédito) para fazer caixa. Ao parcelar os precatórios e tornar o recebimento desses valores mais incerto, o governo comprometeria o funcionamento desse mercado e, no limite, deixaria empresas sem acesso a recursos novos.

Cerca de R\$ 40 bilhões dos precatórios previstos para 2022 devem se enquadrar nas regras de parcelamento. Desse valor, 15% vão precisar ser pagos à vista, ou seja, ainda no ano que vem. O restante será parcelado – e, eventualmente, poderá ser

antecipado com os recursos de fundo que o governo quer criar (leia abaixo). Um valor de R\$ 89 bilhões para o pagamento dessas sentenças para 2022 foi repassado pelo Judiciário para a elaboração do Orçamento do ano vem, salto de R\$ 33 bilhões em relação aos R\$ 56 bilhões que o Ministério da Economia previa para as despesas com precatórios.

Na defesa da PEC, Guedes tem dito que não se trata de confisco nem “pedalada”, porque existe precedente para Estados e prefeitos, que podem parcelar o pagamento dos precatórios. O ministro e sua equipe se dizem confiantes de que o Congresso e o STF vão garantir a “executabilidade” do Orçamento em 2022 e nos próximos anos.

## **Uber dos ônibus, Flixbus estreia no País para concorrer com a Buser**

### **O Estado de S. Paulo**

Companhia alemã, que tem valor de mercado de mais de US\$ 3 bilhões, vai investir cerca de R\$ 500 milhões em sua operação de intermediação de viagens rodoviárias no Brasil; para especialistas, novo concorrente deve provocar guerra de preços no setor. As estradas brasileiras estão prestes a receber mais um competidor no ramo de ônibus interestaduais. O unicórnio alemão Flixbus, que é uma espécie de Uber dos ônibus, está pronto para iniciar a operação no País, esperando a liberação da ANTT. Concorrente direta da brasileira Buser, a empresa separou US\$ 100 milhões para investimentos por aqui. “O Brasil é um dos maiores mercados do mundo e estamos à espera apenas de licenças”, diz Edson Lopes, diretor da Flixbus no País.

Estima-se que o mercado brasileiro de viagens interestaduais por via rodoviária seja próximo de 50 milhões de operações por ano. Em 2020, por causa da pandemia, o número caiu 54%, mas neste ano já há uma recuperação. Lopes calcula que também com as viagens intermunicipais, o mercado é de 80 milhões de viagens por ano. Por isso, no longo prazo, ele acredita que é possível que a Flixbus se torne líder de mercado e com uma fatia acima de 10 milhões de passageiros. Assim, a startup vai entrar no País com promoções agressivas, como aconteceu em outros mercados em que ela estreou. A companhia estreou no Reino Unido com viagens por menos de € 1. Além de viagens

mais baratas, a companhia vai apostar em um segmento premium, com ônibus mais confortáveis e com possibilidade de oferecer mais viagens em ônibus com acomodações leito e semileito. Para isso, a companhia tem feito parceria com montadoras e empresas financeiras para oferecer financiamentos para interessados.

A companhia está em negociação para ocupar espaços em terminais rodoviários e quer ter também guichês para vendas físicas de passagem para democratizar o acesso. Os ônibus da Flixbus, apesar de serem de propriedade de terceiros, serão inteiramente adesivados com a logomarca da empresa para potencializar a estratégia de marketing.

Rival da Flixbus já em operação, a Buser inaugurou esse mercado em 2016 e de lá para cá ameculhou mais de 1 milhão de passageiros, mas também sofreu com processos na Justiça por falta de regulação específica. É por isso que a Flixbus decidiu esperar a liberação desse tipo de serviço pela ANTT. Assim como a Uber quando começou a operar no Brasil, a companhia mexeu em um mercado regulado e diversas empresas do setor reprovaram a entrada de uma concorrente que sequer tinha um ônibus e, segundo eles, não cumpria as normas estabelecidas pela ANTT. A Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros moveu ações para barrar o funcionamento da Buser, mas desistiu delas em abril de 2021.

O mercado avalia que esse tipo de serviço vai ser uma realidade em breve. Em junho, a Buser recebeu aportes de R\$ 700 milhões e afirmou que queria crescer dez vezes em dois anos com mais de R\$ 1 bilhão em investimentos. A Flixbus vai entrar em um mercado que já está mais acostumado com esse tipo de serviço. E vem com bastante dinheiro por trás. Os US\$ 100 milhões que serão investidos por aqui virão de um aporte de US\$ 650 milhões recebidos no mês passado. Agora, a companhia tem um valor de mercado de US\$ 3 bilhões.

Para Renato Mendes, sócio da F5 Business Growth, especializada em inovação, a entrada da Flixbus pode representar uma guerra de preços. Ele compara o negócio exatamente com os aplicativos de transporte, onde houve diversos entrantes e poucos sobreviventes, como Uber e 99. “Vai ter uma grande perda de rentabilidade do setor e virará uma briga de cachorro grande. Para as empresas se manterem competitivas, terão de investir muito dinheiro”, afirma.

## **Mercado do luxo ignora crise e vendas crescem**

### **O Estado de S. Paulo**

Impedidos de viajar ao exterior, brasileiros de alto poder aquisitivo têm consumido mais produtos sofisticados aqui mesmo. Em shoppings voltados ao público de alta renda, as vendas têm “ritmo de Natal”. Entre as marcas internacionais de alto luxo, o movimento chegou a dobrar em relação ao período pré-pandemia. É uma tendência que se reflete nos números. A Associação Brasileira de Shopping Centers calcula que as vendas nos centros comerciais estavam 16% menores em julho, em relação ao mesmo período de 2019, antes da pandemia – o que evidencia que o varejo como um todo luta para se recuperar do baque em 2020. Enquanto isso, os shoppings de luxo comemoram dados diferentes e colocam planos de expansão em marcha.

A JHSF, empresa do shopping Cidade Jardim, do Catarina Fashion Outlet e de outros empreendimentos voltados para a altíssima renda, apurou vendas 50% maiores com lojistas nos meses de maio, junho e julho, em relação ao mesmo período de 2019. Entre as marcas internacionais, o crescimento chega a superar 100% em relação ao período pré-pandemia.

A concorrência vive cenário parecido. No maior grupo de consumo “premium” do setor no País, o Iguatemi, as vendas tiveram “ritmo de Natal” a partir de maio, após a segunda onda da pandemia, conta Cristina Anne Betts, diretora financeira da empresa. Na primeira reabertura do setor em 2020, os consumidores retornaram aos shoppings ainda reticentes – passavam pouco tempo nos centros comerciais, que operavam em horário restrito.

Nesta reabertura de 2021, o cenário foi diferente. “Os consumidores estão acostumados com os protocolos de segurança. Além disso, retornaram para a vida cotidiana. É um quadro de mais normalidade que contribui para o consumo de artigos de luxo”, diz Cristina, que a partir de janeiro se tornará CEO do Iguatemi, substituindo Carlos Jereissati. A vantagem para os shoppings se configura porque esse público não está gastando perto de casa o dinheiro que deixaria nos outlets ou lojas de luxo lá fora, mas parte do que seria destinado a outros itens ligados ao turismo, como restaurantes e passeios. Para dar conta do apetite do brasileiro endinheirado por marcas famosas, as principais redes de luxo do País correm para trazer novidades para o consumidor. Com

as vendas bem acima do patamar pré-pandemia, as companhias começam a tirar do papel expansões de projetos antigos e até a planejar a construção de novos empreendimentos, apostando na recuperação da economia nos próximos anos.

Depois de abrir uma unidade da francesa Balenciaga, o Iguatemi vai inaugurar, no Shopping JK, a primeira loja da badalada marca italiana Golden Goose. Já a JHSF, do Cidade Jardim, trouxe nada menos do que 11 marcas novas ao Brasil desde o início da pandemia, como Balmain e Emilio Pucci. Até o fim do ano, virão mais duas novidades “made in Italy”: a sapataria Fratelli Rossetti e a alfaiataria Brioni, cujos ternos – que já foram usados pelo personagem James Bond, da franquia 007 – saem por R\$ 22 mil em lojas online.

Consultor especializado em marcas de luxo e ex-líder da operação da Louis Vuitton por aqui, Carlos Ferreirinha diz que o avanço do segmento ocorre de forma alinhada com o crescimento de vendas de carros e imóveis de alto padrão. Ele lembra que existe dinheiro “empoçado” no topo da pirâmide social, ou seja, recursos que deixaram de fluir para serviços, como hotéis de luxo. Aos poucos, as marcas de luxo que desembarcam por aqui não se resumem apenas a grifes facilmente identificáveis. À medida que o mercado cresce, começam a chegar empresas que cobram caro por produtos de nicho que não são conhecidos pela maioria da população. É o caso da italiana de moda masculina Sease, que desembarcou no CJ Shops e tem como argumento de venda o uso de tecidos tecnológicos e sustentáveis.

Para facilitar a vida das marcas que querem apostar no Brasil, mas que ficaram resabiadas após a recessão de 2015 e 2016, que obrigou várias gigantes a deixar o País com prejuízos, a JHSF expandiu seu braço de gestão de grifes. Ou seja: muitas marcas estão chegando em regime de parceria.

## **Concorrência interna por IPO**

### **Broadcast**

A Raízen está enfrentando concorrência de sua controladora, a Cosan, em sua oferta de IPO, com a qual pretende levantar até R\$ 10 bilhões. Muitos investidores não veem sentido em entrar na oferta da Raízen, pois já têm ações da Cosan em suas carteiras. Além disso, a Cosan é considerada uma empresa ‘pronta’, enquanto as metas

da Raízen são consideradas ambiciosas demais. Entre outras coisas, ela teria de construir 20 novas usinas e chegar a 5 mil novas lojas de conveniência nos postos de gasolina, mesmo sem experiência nesse tipo de varejo.

Como consequência, a expectativa é a de que a oferta saia perto do menor valor pedido pela ação, que foi avaliada entre R\$ 7,40 e R\$ 9,60. A empresa já tem demanda suficiente para a oferta. Com isso, o montante captado pela Raízen não deve alcançar os R\$ 10 bilhões.

A Raízen tem buscado o apelo da sustentabilidade para atrair investidores, principalmente estrangeiros. Já gestores locais têm considerado os preços elevados. As empresas não podem se manifestar pois estão em período de silêncio.

## **Turismo ainda precisa vencer vários desafios**

### **Broadcast**

A alta de 47,5% no faturamento do turismo no Brasil em maio, na comparação com o resultado de um ano antes, nem de longe representa recuperação do setor da economia mais afetado pela pandemia. O avanço é bem-vindo, mas ainda está muito abaixo do necessário para repor as perdas em que os diferentes segmentos do turismo incorreram durante a pandemia, sobretudo por causa das restrições à movimentação das pessoas e às aglomerações.

Como observou a Fecomercio-SP ao divulgar os resultados nacionais de maio, “é importante ressaltar que essa comparação é feita com uma base bastante fragilizada, ou seja, com o auge da pandemia, que foram os meses de março, abril e maio do ano passado”. No mês, o faturamento do turismo alcançou R\$ 9,8 bilhões. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o faturamento foi 9,8% menor do que o de igual período de 2020. Isso representa redução de R\$ 5,1 bilhões no faturamento do setor.

Uma comparação que permite compreender melhor a extensão da crise é com os números de 2019, um ano normal para a atividade turística. A queda do faturamento, já descontada a inflação é de 31,2%. Isso significa que atualmente o turismo nacional fatura pouco mais de dois terços do que faturava há dois anos. Isso cria um cenário “bastante desafiador” para o setor, diz a FecomercioSP.

De todos os seis segmentos em que o turismo foi dividido, o de transporte aquaviário foi o único que, em maio deste ano, conseguiu superar o nível registrado antes da pandemia. Mas esse é o menor dos segmentos do turismo, respondendo por apenas 1% do faturamento total. Um segmento de peso muito maior no turismo, o de transporte aéreo, é o que registra a maior perda em relação a 2019, de 50,5%. As empresas de transporte aéreo faturam apenas a metade do que faturavam antes da crise. Aos poucos, elas vão recompondo sua malha aérea; algumas projetam alcançar 90% da malha anterior até o fim do ano.

Outros setores igualmente projetam melhores resultados até o fim do ano. Iniciativas como vacinação de parcelas cada vez maiores da população, redução das restrições e gradual normalização das atividades sociais e econômicas dão otimismo ao setor.

## **Melhorias em usinas dariam uma Belo Monte**

### **Broadcast**

O Brasil poderia incluir quase uma nova Belo Monte no sistema elétrico nacional apenas com obras de melhorias em algumas hidrelétricas existentes. Atualmente, o País tem um parque hídrico de 109 mil megawatts (MW), composto por 1.495 usinas, muitas delas com idade superior a 50 anos. Se em 51 delas houvesse troca e renovação de equipamentos, a expansão na capacidade instalada poderia chegar a 10 mil MW, segundo um estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ou seja, o potencial em todo o parque pode ser ainda maior.

Chamado de repotenciação, o processo implica substituição de peças, reforma de equipamentos ou instalação de novas turbinas para aumentar a potência ou melhorar a eficiência da usina. Em tempos de crise energética, com risco de racionamento por causa da baixa nos reservatórios, se o País tivesse equipamentos mais eficientes em algumas unidades antigas, quase centenárias, o aproveitamento da água seria maior, afirmam especialistas.

Esse processo – mais barato e com menos dificuldade de licenciamento ambiental – tem sido usado em vários países para ampliar a capacidade instalada. De acordo com relatório da Associação Internacional de Hidrelétrica (IHA), entre 2006 e

2016 70% do crescimento líquido da capacidade hidrelétrica dos Estados Unidos foi conseguido por meio de repotenciação de usinas existentes. Canadá e Rússia também têm programas em andamento nesse mesmo modelo. Segundo a IHA, por volta de 2030 mais da metade da capacidade hidrelétrica mundial terá passado por repotenciação ou modernização e, até 2050, todas as usinas instaladas deverão ter realizado alguma ação semelhante. “As experiências internacionais mostram que o ganho pode chegar a 20% da capacidade. Mas o número exato só se conhece após projeto de engenharia e cálculos de viabilidade econômica”, diz Diego Almeida, pesquisador da UFRJ.

No Brasil, o “retrofit” de hidrelétricas ainda está em ritmo menos acelerado do que no restante do mundo. Uma das explicações é que, até bem pouco tempo atrás, o foco estava na construção das megasusinas. Com as complicações ambientais e maior dificuldade para obter licenciamento ambiental para novas hidrelétricas, a repotenciação pode ser um paliativo. “Devemos lembrar, no entanto, que isso não substitui a necessidade de retomarmos a construção de novas usinas”, diz o presidente da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas (Abrapch), Paulo Arbex.

Outro motivo do atraso do processo de repotenciação no Brasil é a questão regulatória. O objetivo da EPE ao fazer o levantamento com as 51 usinas – com potência acima de 100 MW e idade superior a 25 anos – foi exatamente levantar a discussão sobre o potencial existente e a necessidade de avanços na regulação. As mudanças envolvem sobretudo a remuneração da nova potência instalada – o Ministério de Minas e Energia está estudando o assunto.

Em geral, esse tipo de ampliação agrega mais potência do que energia gerada, o que exige um modelo específico, explicam os superintendentes da EPE, Bernardo Folly Aguiar e Thiago Ivanoski. Segundo eles, a repotenciação pode ser uma solução barata para agregar energia em momentos de pico – hoje, o foco da crise elétrica nacional. Para isso, é preciso criar programas de incentivo para essas obras, incluindo linhas para financiar os projetos, a exemplo do que ocorre em outros países.

Mesmo sem um programa específico, algumas empresas já se movimentam para renovar suas usinas, como é o caso da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). A companhia acaba de concluir a repotenciação da usina Celso Ramos, construída em 1963 para atender a cidade de Concórdia (SC). Com investimentos de R\$ 40 milhões em

duas turbinas, a obra mais que dobrou a capacidade da PCH, de 5,6 MW para 13,9 MW. A companhia tem 12 unidades de 107 MW de potência e idade média de 79 anos. Por isso, a modernização do parque é importante. Com o passar dos anos, a eficiência dos equipamentos diminui com paradas recorrentes para manutenção. Isso reduz a geração média da usina ao longo do tempo.

Além de Celso Ramos, a Celesc tem projeto de repotenciação de outras duas unidades: Salto, que deve subir de 6,3 MW para 29 MW, e Caieiras, de 4 para 9 MW. “No caso de Salto, colocaremos mais duas turbinas e construiremos mais uma casa de força. Em nenhum projeto há aumento de área alagada, apenas aproveitamos melhor o volume de água do rio”, diz o diretor de geração, transmissão e novos negócios da companhia, Pablo Cupani Carena.

O engenheiro Alexandre dos Santos Fernandes, especialista em hidrelétricas da Weg, conta que tem percebido uma procura maior para repotenciação de usinas e alguns processos de concorrência pública. “É um bom negócio. Com 30% do valor do equipamento, se consegue mais 30 anos de operação.” Na Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, as obras de expansão da usina de Bugres devem começar em dezembr. O projeto envolve a instalação de nova turbina e a modernização e recuperação da unidade existente, além de outros equipamentos e obras que vão elevar a potência de 11,12 MW para 17,62 MW.

***Assessoria de Comunicação – Sedet***  
***Fone: (85) 3444.2900***  
***www.sedet.ce.gov.br***

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUJEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP